

## **Urbanismo ecológico: ruptura metabólica e fantasmagoria**

**Victor Garcia Figueirôa-Ferreira**

Doutorando, UFSCar, Brasil  
victor.figueiroa@estudante.ufscar.br

**Tatiane Borchers**

Doutoranda, UFSCar, Brasil  
tatiane@estudante.ufscar.br

**Ricardo Augusto Souza Fernandes**

Professor Doutor, UFSCar, Brasil  
ricardo.asf@ufscar.br

## RESUMO

Este trabalho busca contribuir para o argumento de que o urbanismo ecológico é um movimento ou um conceito válido para promover a resiliência, a sustentabilidade e uma diversidade socioambiental que valorize as localidades, apresentando assim uma resistência a processos e padrões hegemônicos de um urbanismo globalizado. Para isso, foi realizada uma revisão e análise bibliográfica referente ao urbanismo ecológico em si, bem como à ruptura metabólica a fim de contribuir com seu aspecto ecológico e da fantasmagoria para abordar seu lado urbano. Ainda, defende-se a utilização de uma abordagem histórico-material nas análises do espaço urbano e da cidade, bem como das relações sociais, políticas, culturais e econômicas que permeiam as ecologias urbanas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fantasmagoria. Ruptura Metabólica. Urbanismo Ecológico.

## 1. INTRODUÇÃO

O urbanismo ecológico aborda “novos temas velhos” como aponta Fernández (2016), visto que as discussões que ele traz para o nível de planejamento e projeto existem a tempos no processo histórico-material urbano. Seria o urbanismo ecológico um instrumento viável para dar uma nova perspectiva à urbanidade e à cidade a partir de temas como a sustentabilidade, resiliência, infraestruturas verdes, paisagem e a ecologia política urbana entre outros? Mostafavi e Doherty (2016b) - os editores do livro que inicia as discussões sobre o tema de forma mais ampla - consideram a cidade, sob a lente do urbanismo ecológico, como uma multiplicidade de “instrumentos e com uma visão de mundo que é fluida em escala e foco disciplinar”. Mas a pergunta que fica é, qual urbanismo e para quem ele modifica e constrói espaços? Sem um questionamento social, político, econômico e cultural, o urbanismo ecológico corre o perigo de, em reverso à Ecologia Política Urbana (GANDY, 2015), focar por demais na sustentabilidade e no verde, preterindo e desprezando o contexto histórico-material e o dinamismo dos ambientes urbanos, isto é, enaltecer um desenvolvimento sustentável sem questionar a necessidade ou a estrutura do desenvolvimento bem como sua real sustentabilidade.

Deve-se evitar a criação de enclaves ecológicos urbanos (HODSON; MARVIN, 2010; ROSS, 2011), ou seja, de ilhas ecológicas e sustentáveis sem integração à malha urbana, que sirvam como ferramenta de gentrificação, de inserção da especulação do capital financeiro imobiliário local e global, ou ainda, relegadas ao esquecimento. Defende-se neste artigo a necessidade de uma percepção a cerca da dinâmica regional, nacional e internacional das cidades, pois essas existem dentro de um espaço global altamente integrado de fluxos de capital, variando seu acesso a recursos ecológicos, bem como seu impacto ecológico (HODSON; MARVIN, 2010).

Para melhor trabalhar, dentro do urbanismo ecológico, os aspectos socioeconômicos e político-culturais, em especial no Sul Global e no Brasil, alguns pontos são abordados: (i) a necessidade de incorporar o conceito de ruptura metabólica nas análises do urbanismo ecológico como forma de resguardar contra possíveis padrões e estratégias que promovam a desigualdade socioambiental; (ii) a necessidade de incorporar uma análise histórico-material da dinâmica e das forças locais, nacionais e internacionais; e (iii) a que urbanismo as transformações e intervenções urbanas contribuem e para quem?

O argumento central é que o urbanismo ecológico é um movimento ou um conceito válido para promover a resiliência, a sustentabilidade e uma diversidade socioambiental que

valorize as localidades, apresentando assim uma resistência a processos e padrões hegemônicos de um urbanismo globalizado. Ao mesmo tempo, se desvirtuado, pode prover uma ferramenta para a intensificação da lógica capitalista de produção do espaço urbano, criando uma fantasmagoria predatória e discriminativa de *Arcades* verdes (BENJAMIN, 1999; FENTON, 2020; GOEBEL, 2011).

O presente trabalho está organizado da seguinte maneira. A seção 2 delimita os objetivos do artigo, enquanto na seção 3 a metodologia de pesquisa é apresentada. Na sequência, os resultados, ou seja, as análises em torno dos conceitos de urbanismo ecológico, ruptura metabólica e fantasmagoria bejaminiana são realizadas na seção 4. As conclusões são apresentadas na seção 5.

## **2. OBJETIVOS**

O objetivo deste estudo é aproximar o urbanismo ecológico do conceito de ruptura metabólica, bem como dos escritos e conceitos trabalhados por Walter Benjamin, trazendo uma perspectiva histórico-material a este campo de estudos.

## **3. METODOLOGIA**

A metodologia deste trabalho é composta pelas seguintes etapas: (i) levantamento bibliográfico em bases de dados científicas de artigos e livros sobre os temas relevantes a este trabalho; (ii) revisão e análise bibliográfica a fim de identificar possíveis conexões e confluências entre os temas trabalhados, elaboração e proposição conceituais.

Na etapa 1, foram realizadas buscas na base de dados Scopus, utilizando-se termos relacionados a urbanismo ecológico, ruptura metabólica e fantasmagoria de Walter Benjamin. Foram mantidas publicações em espanhol, inglês e português. Na etapa 2, os principais artigos e livros retornados nas buscas foram analisados individualmente e, se pertinentes, foram selecionados para a construção dos conceitos. Por fim, foi realizada uma síntese teórica correspondente a cada tema e às suas confluências.

## **4. RESULTADOS**

### **4.1 Urbanismo ecológico**

O urbanismo ecológico precisa ser crítico ao futuro da cidade e prover instrumentos, técnicas e meios de adaptação aos desafios que ameaçam a humanidade e seu *habitat* urbano, bem como suas necessidades em saúde, bem-estar e segurança (SPIRN, 2014). Ele deve fugir do *status quo* e para isso “requer uma nova sensibilidade - uma sensibilidade que tenha a capacidade de incorporar e acomodar as condições conflituosas inerentes entre a ecologia e o urbanismo” (MOSTAFAVI, 2010). A partir destas linhas gerais, alguns princípios norteadores do urbanismo ecológico e de suas disciplinas foco (planejamento e projeto urbano) podem ser elencados: (i) cidades como parte do mundo natural; (ii) cidades compreendidas como ecossistemas; (iii) cidades como *habitats*; (iv) sistemas urbanos conectados e dinâmicos; (v) cada

cidade possui uma estrutura e um contexto particular; e (vi) o projeto urbano como uma ferramenta importante (SPIRN, 2014). Essa lista não compreende todos os aspectos do urbanismo ecológico, mas serve como referência.

Por outro lado, pode-se afirmar que o urbanismo ecológico de forma conceitual tem um forte engajamento com o conceito de ecosofia (GUATTARI, 1990), isto é, com o princípio de que uma articulação ético-política entre o meio ambiente, as relações sociais e a subjetividade humana serve como ferramenta para esclarecer os desafios e suas possíveis soluções rumo a um movimento global de práticas ecologicamente conscientes. Esse conceito é uma resposta ao estruturalismo e pós-modernismo despolitizados que aliados a uma estrutura econômica predatória e neoliberal, retiram da concepção e compreensão do mundo qualquer significância da intervenção humana (GUATTARI, 1990; MOSTAFAVI; DOHERTY, 2016b). Essa estrutura subjetiva e hegemônica de compreensão é constantemente reforçada por forças socioculturais e político-econômicas a fim de formar uma coesão (GRAMSCI, 1999) avessa à sensibilidade necessária para vislumbrar uma “autêntica revolução política, social e cultural, reformulando os objetivos da produção tanto de bens materiais como imateriais” (GUATTARI, 1990).

O Estruturalismo e o Pós-modernismo criticados por Guattari (1990) ainda estão presentes na atualidade, tanto em espaços imateriais da subjetividade humana como na materialidade da cidade. A incumbência para o urbanismo ecológico é clara, ele deve apresentar alternativas à estrutura hegemônica presente, ou seja, além de adereçar a fragilidade e insustentabilidade dos ecossistemas urbanos, necessita como condição *sine qua non*, debruçar-se sobre o próprio sistema de produção do espaço urbano, bem como sobre os processos hegemônicos que recaem sobre a subjetividade humana. Como afirma Milton Santos (2008), o espaço é a materialização das relações sociais, passadas e presentes, bem como é uma estrutura subordinada e subordinante. Ater-se a questões tecnocráticas desconectadas de uma concepção ecosófica, é preparar o campo para que as atuais estruturas hegemônicas o semeiem a fim de suscitar sua monocultura de acumulação por espoliação (GANDY, 2015; HARVEY, 2005, 2015; HODSON; MARVIN, 2010; MOSTAFAVI; DOHERTY, 2016a, 2016b; ROSS, 2011; SONN; SHIN, 2020; SPIRN, 2014; THATCHER; O'SULLIVAN; MAHMOUDI, 2016).

No entanto, deve-se evitar uma possível tautologia referente à sensibilidade, pois esta é tanto necessária para a proposição e fruição de planos e projetos pautados pelo urbanismo ecológico, quanto é objetivo destes. A sensibilidade que cria, tem o difícil e necessário trabalho de traduzir as possibilidades através da leitura do passado e do presente, e das relações e forças sociais em relação dialética com o espaço urbano. A sensibilidade a ser criada, deve ser uma de contra alienação, isto é, deve ser ativa no processo de produção e reprodução do espaço. Fazendo um paralelo com a concepção de espaço de Lefebvre (1991), essas sensibilidades são causa e resultado, produto e produtor.

Em suma, o urbanismo ecológico, a espelho da concepção de Guattari (1990) de ecosofia, deve manifestar-se como um projeto ou uma agenda política global que busque desenvolver um planejamento urbano subordinante e subordinado à subjetividade humana, que promova cidades ecologicamente sustentáveis e não economicamente e socialmente predatórias, bem como reformule as concepções e o próprio sistema de produção e suas dinâmicas socioculturais e político-econômicas. E, tem como objetivo norteador, frear e, na

medida do possível, reverter o impacto ecológico que a civilização humana exerce sobre o planeta.

#### **4.2 Ruptura metabólica**

O sistema econômico atual e suas estruturas de produção tem como uma das consequências o distúrbio das interações metabólicas entre o ser humano e a natureza, ou seja, ele previne a existência de um ciclo metabólico completo onde exista uma extração condizente com a capacidade de retorno e de recuperação de recursos naturais. Desse modo, há um processo prolongado, mas perceptível de destruição planejada e consentida, a fim de manter uma lógica de autopropulsão, onde o excedente acumulado em uma etapa se torna o fundo de investimento para a próxima. A natureza, assim como o ser humano e a terra nada mais são do que objeto venal. Logo, o sistema de produção atual solapa a natureza, o espaço urbano e aqueles que o habitam (CLARK; FOSTER, 2009; FOSTER; CLARK, 2004; MARX, 2013, 2015, 2017; SAITO, 2021).

A ruptura metabólica surge em meio a esse cenário onde impera a lógica de transferência dos recursos naturais (nas mais diversas formas), da periferia para centros de transformação e consumo, que não têm a obrigação de retornar ao ponto de origem os resíduos (renováveis) gerados para assim retroalimentar o sistema. O exemplo mais clássico é dado por Mariátegui (2007), quando ao escrever sobre a exploração de guano e salitre no Peru, demonstrou como a extração dos fertilizantes naturais de alto valor culminou não apenas em um processo de agressiva exploração e destruição socioambiental, como também na Guerra do Nitrato (ou Guerra do Pacífico). Nesse exemplo, percebe-se como os processos de transferência de recursos naturais feitos de forma global, possibilitam a concentração dos recursos ecológicos em algumas economias dentro do fluxo de capital internacional, enquanto outras têm seu potencial desenvolvimento impedido. Enquanto Londres se beneficiava do “*High Farming*” britânico alimentado pelos nitratos peruanos, as cidades do país latino-americano colhiam os despojos do sistema predatório (FOSTER; CLARK, 2004; HODSON; MARVIN, 2010; MARIÁTEGUI, 2007).

Essa mesma lógica de transferência global aplica-se a nível regional e local, onde recursos (humanos e naturais) são explorados e consumidos por um centro urbano livre da responsabilidade de coexistir em harmonia com os ecossistemas que o sustentam. Essa máxima é verdade para, de forma não exaustiva, a produção de alimentos, questões pluviais e fluviais, qualidade do ar, gestão de resíduos e força de trabalho. Entender as dinâmicas metabólicas da cidade é repensar a forma como ela se relaciona com o meio ambiente e a natureza não apenas em seu entorno, mas internamente.

Quais as rupturas que existem entre o centro e a periferia de um mesmo aglomerado urbano e como é possível aplicar o planejamento e projeto urbano a fim de remediar tais processos? É essa a principal pergunta que deve ser feita por aqueles que procuram aplicar o urbanismo ecológico na materialidade do espaço urbano, bem como devem analisar e questionar as conexões a nível regional e global e o papel que o urbanismo ecológico tem para com a subjetividade humana. Pois, é essencial o esteio de que sem adereçar a subjetividade mesmo intervenções de alta qualidade e inovadoras podem encontrar-se no esquecimento ou

servindo um propósito diverso àquele pretendido (ABARCA; MORAES, 2019; FOSTER; CLARK, 2004; GANDY, 2015; HARVEY, 2005, 2015; HODSON; MARVIN, 2010; ROSS, 2011; ZIMMER, 2010).

### **4.3 Fantasmagoria, urbanidade e inovação**

A fantasmagoria de Benjamin tem origem em Marx que, por sua vez, a usava para descrever o caráter fetichista das mercadorias. Benjamin, no entanto, estava interessado nas condições de exposição da mercadoria, onde o valor representativo da mesma era enfatizado e se confundia com seu valor real. A mercadoria de luxo ou o espaço no qual ela era exibida recebia um caráter fantasmagórico de fetiches expostos onde a possibilidade de posse era algo distante ou impossível. Essa mercadoria pode satisfazer, ou parecer satisfazer, qualquer tipo de necessidade do estômago à imaginação. Em seu papel fetichista, os espaços, as redes e infraestruturas urbanas materializam e mantêm vivo o sonho utópico, algo distante a ser desejado a todo custo, e quanto maior o custo dentro dessa lógica mais valor essa promessa de um porvir possui (BENJAMIN, 1991, 1999, 2007, 2009; KAIKA; SWYNGEDOUW, 2000; MARX, 2013).

Como concluem Kaika e Swyngedouw (2000) “o símbolo da possibilidade de um mundo melhor se transforma em um fetiche de uma realização material fragmentada desse mundo melhor e, como tal, um objeto de desejo em si mesmo”. Logo, esse fragmento é mercadoria e assim o sendo, está e é permeado pela lógica de produção do sistema econômico que o circunda. Trazendo isso para o urbanismo ecológico, deve-se evitar a criação de enclaves verdes fantasmagóricos que trazem para a atualidade os *Arcades* de Paris, que assim como outras materializações de promessas futuras, foram subvertidos tornando-se ídolos adorados em si mesmos, símbolos ou expressões mitológicas de uma visão pretérita do futuro. Em outras palavras, intervenções, planos e projetos de um urbanismo ecológico podem, se fantasmagóricos, representar apenas a visão ultrapassada de uma promessa que nunca fruiu, ou servirem de fomento para a angústia sempre presente na humanidade que cultiva a fantasmagoria. Angústia essa materializada na busca incessante e insaciável pelo novo que representa em sua essência uma realidade que sempre esteve presente, em que a novidade ou a inovação são incapazes de formular soluções que libertem a humanidade da angústia que procura escapar (BENJAMIN, 1999).

Os *Arcades* da atualidade são todos os objetos e materializações presentes no ambiente urbano ou que se confundem com estes, cuja função é servir de símbolo (ou ídolo, a depender do tempo) a algo novo e inovador, ao mundo melhor e feliz, sem angústia. São todas as iniciativas que dão ênfase ao mítico desenvolvimento sustentável, e repousam “sobre várias formas de mudanças comportamentais, organizacionais ou tecnológicas que, efetivamente, obscurecem a dinâmica subjacente da degradação ambiental” (GANDY, 2015). Ou que profetizam o futuro na forma de soluções inovadoras e através de uma força coesiva controlam ou ditam a subjetividade, as percepções do espaço, o indivíduo e a cidade, fazendo com que eles comprem a fantasmagoria.

Está então fadado o urbanismo ecológico a ser uma busca angustiante e sem fim pela esperança ou pela promessa de um futuro melhor e ecologicamente correto? Não, desde que

tenha consciência dessa possibilidade e analisando materialmente a história entendida as armadilhas e perigos da materialização inovadora de velhas utopias. A consciência de abordar “novos temas velhos” como Fernández (2016) aponta, é primordial para evitar a fruição da angústia mítica que rapina a humanidade, seus *habitats*, sua subjetividade e suas ecologias. Defende-se por fim, no esteio de Hodson e Marvin (2010), a necessidade de desenvolver um debate sobre as causas e consequências do urbanismo ecológico, a fim de evitar a criação de novos produtos urbanos eco-técnicos e financeiros como resposta a crises ecológicas e econômicas.

## 5. CONCLUSÕES

Este artigo buscou aproximar o urbanismo ecológico do conceito de ruptura metabólica, bem como o conceito de fantasmagoria trabalhado por Walter Benjamin. Para tal, foi realizada uma revisão bibliográfica acerca dos três temas, tecendo considerações sobre como os dois últimos podem corroborar com o primeiro na melhoria do espaço urbano e de suas ecologias. De forma sucinta, este estudo procurou demonstrar alguns desafios inerentes a qualquer iniciativa urbanista e fez-se uso dos escritos de Walter Benjamin para levantar uma discussão que evite a criação de enclaves verdes de acesso restrito e pouco impacto dentro das cidades. Para contribuir com o aspecto ecológico foi apresentada a ruptura metabólica como forma de melhor analisar e compreender os processos urbanos em esfera local, regional e global.

O urbanismo ecológico não pode representar ou materializar os fragmentos de uma promessa eterna, nem meios para o aprofundamento da ruptura metabólica. Ele deve prover soluções capazes de escapar, concorrer e subjugar a lógica hegemônica de produção do espaço, do humano e de suas subjetividades. Para fazer isso, é necessária uma consciência histórico-material dos processos inerentes aos ecossistemas trabalhados (meio ambiente, as relações sociais e a subjetividade humana) por parte daqueles que planejam e projetam a cidade e o urbano.

### Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

### REFERÊNCIAS

ABARCA, A. L. F.; MORAES, L. M. Ecologia Política Urbana No Estudo Da Cidade Segregada Latino-Americana. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, 2(43), 2019.

BENJAMIN, W. *Über den Begriff der Geschichte*. Em: **Gesammelte Schriften**, I, 3, (p. 1223 - 1266), Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1991.

BENJAMIN, W. **The Arcades Project**. Belknap Press of Harvard University, Londres, 1999.

BENJAMIN, W. **Illuminations**. New York, US, Editora: Schocken Books, 2007.

BENJAMIN, W. *One way Street and Other Writings*, London, England, Editora: Penguin Modern Classics, 2009.

CLARK, B.; FOSTER, J. B. Ecological imperialism and the global metabolic rift: Unequal exchange and the guano/nitrates trade. **International Journal of Comparative Sociology**, v. 50, n. 3-4, p. 311-334, 2009.

FENTON, R. P. Decolonizing Benjamin in the Tropics: The long history of Guayaquil's arcades. **Singapore Journal of Tropical Geography**, v. 41, n. 3, p. 367-383, 2020.

FERNÁNDEZ, L. Urbanismo y ecología en Buenos Aires: un recorrido por la planificación urbana en su contexto ecológico-regional. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 8, p. 12-27, 2016.

FOSTER, J. B.; CLARK, Brett. Ecological imperialism: The curse of capitalism. **Socialist register**, v. 40, 2004.

GANDY, M. From urban ecology to ecological urbanism: an ambiguous trajectory. **Area**, v. 47, n. 2, p. 150-154, 2015.

GOEBEL, R. J. Benjamin's Arcades Project today: From the European metropolis to the global city. **Journal of Postcolonial Writing**, v. 47, n. 5, p. 488-496, 2011.

GUATTARI, F. **As três Ecologias**. Campinas: Papyrus, 1990.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Carcere, Volume 1: Introdução ao Estudo de Filosofia, A Filosofia de Benedetto Croce**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

HARVEY, D. **A brief history of neoliberalism**. Oxford University Press, USA, 2005.

HARVEY, D. **Paris, capital da modernidade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

HODSON, M.; MARVIN, S. Urbanism in the anthropocene: Ecological urbanism or premium ecological enclaves?. **City**, v. 14, n. 3, p. 298-313, 2010.

KAIKA, M.; SWYNGEDOUW, E. Fetishizing the modern city: the phantasmagoria of urban technological networks. **International journal of urban and regional research**, v. 24, n. 1, p. 120-138, 2000.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Blackwell: Oxford, 1991.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **7 ensayos de interpretación de la realidad peruana**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007.

MARX, Karl. **O Capital-livro 1-capítulo 1: A mercadoria**. Boitempo Editorial, 2013.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Boitempo Editorial, 2015.

MARX, K. **O capital-Livro 3: Crítica da economia política. Livro 3: O processo de circulação do capital**. Boitempo Editorial, 2017.

MOSTAFAVI, M. Why Ecological Urbanism? Why Now?, **Harvard Design Magazine: Design Practices Now**, n. 32, v. 1, 2010.

MOSTAFAVI, M.; DOHERTY, G. **Ecological urbanism in Latin America**. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 8(1), 7-11. 2016a.

MOSTAFAVI, M.; DOHERTY, G. **Ecological urbanism**. Zurich: Lars Müller, 2016b.

ROSS, A. **Bird on fire: Lessons from the world's least sustainable city**. OUP USA, 2011.

SAITO, K. **O ecossocialismo de Karl Marx: capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política**. São Paulo: Boitempo, 2021.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.



SONN, J. W.; SHIN, H. B. Contextualizing accumulation by dispossession: The state and high-rise apartment clusters in Gangnam, Seoul. **Annals of the American Association of Geographers**, v. 110, n. 3, p. 864-881, 2020.

SPIRN, A. W. Ecological urbanism: A framework for the design of resilient cities. In: **The ecological design and planning reader**. Island Press, Washington, DC, 2014. p. 557-571, 2014.

THATCHER, J.; O'SULLIVAN, D.; MAHMOUDI, D. Data colonialism through accumulation by dispossession: New metaphors for daily data. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 34, n. 6, p. 990-1006, 2016.

ZIMMER, A. Urban political ecology: Theoretical concepts, challenges, and suggested future directions. **Erdkunde**, p. 343-354, 2010.